

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O PAPEL DAS MERENDEIRAS NA DINÂMICA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I DE TRINDADE-GO¹

Cláudio Luiz Lucas da Cunha²

RESUMO

O escopo deste estudo é refletir sobre a importância da alimentação escolar para o bom desempenho do processo ensino-aprendizagem dos estudantes. Como objetivo geral busca a compreensão do papel da merendeira na dinâmica escolar do Ensino Fundamental I da cidade de Trindade-Goiás. Como objetivos específicos, a pesquisa visa identificar as funções da merendeira no âmbito da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, analisar a importância da alimentação escolar nas unidades de ensino pesquisadas e ainda, verificar as condições de trabalho e de saúde laboral da merendeira. A pesquisa adota a metodologia qualitativa com revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários fechados. Os resultados dos questionários têm pontos que evidenciam características singulares relacionadas a esta categoria profissional, e outros que vão de encontro a algumas hipóteses veiculadas no texto, evidenciando a importância de se acatar a realidade local.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Ensino Fundamental I. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dinâmica escolar. Merendeira.

Introdução

A importância do tema, inserido na linha de pesquisa em Educação e Trabalho Docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Campus Trindade, fica evidenciada pelo fato do mesmo ser pouco debatido. Por outro lado, a pesquisa visa trazer avanços no conhecimento científico e caso isto se confirme, poderá beneficiar outros atores envolvidos na questão da alimentação escolar.

O tema é familiar ao pesquisador, que exerce a função de cozinheiro em escola municipal de Ensino Fundamental I, de difícil acesso, situada em bairro periférico, habitado por população de baixa renda e baixa escolaridade, o que reflete em demandas alimentares

¹Artigo apresentado ao Campus Trindade como requisito parcial para obtenção do título de especialista no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente, sob a orientação do Prof. Me. José Geraldo da Silva e coorientação da Prof. Dra. Claudine Faleiro Gill.

²Graduado em Tecnologia de Gastronomia pela UEG; graduado em Pedagogia pela UNAR; PósGraduado em Docência no Ensino Superior pela FIAR; discente da Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente, IF Goiano, Campus Trindade. E-mail: cunhaclaudioluiz@gmail.com.

específicas dos alunos. Embora pareça clara a importância da alimentação escolar para o melhor aprendizado dos alunos, faz-se necessário lembrar que houve tempo que a mesma ainda não existia. O Estado de fome começou a ser investigado, nos anos 1930, por Josué de Castro, que contribuiu com a criação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Ele publicou o livro: *A Geografia da Fome*. Chegou a ser “eleito Presidente do Conselho da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), Roma nos (1952-1956.) [...] Embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais das Nações Unidas em Genebra (1963-1964)” Castro (1984). Influenciou o governo brasileiro para que o tema se tornasse política pública a partir do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, que instituiu a Campanha da Merenda Escolar (CME).

A discussão sobre a alimentação no espaço escolar também exige que se analise a figura da merendeira, que é quem dentre todos os profissionais atuantes no ambiente escolar, detém os necessários saberes, que segundo Vera Candau (2012, p. 23): “são produções dos diferentes grupos socioculturais, estão referidos às suas práticas cotidianas, tradições e visões de mundo”. É quem conhece os gostos e preferências do seu público, tem a habilidade de saber fazer para transformar grãos, cereais, temperos, legumes, verduras, raízes, proteína animal, entre outras matérias primas e insumos, em pratos saborosos e apreciados pelo alunado, por que não dizer, também por professores e funcionários

A importância da merendeira se evidencia em vários momentos do cotidiano escolar. Começando pelo café da manhã, continua na preparação da merenda para os alunos e equipe, ressalta-se que é significativo o atendimento que faz com relação aos portadores de intolerâncias ou de carências alimentares. Importantes são as ações de educação alimentar e a atenção que dispensa aos entregadores e fornecedores.

Assim fica compreensível que a merendeira ocupe lugar de centralidade na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No passado, a atribuição dela era bem mais simples, consistindo em preparar uma refeição leve, uma breve merenda com menor grau de exigência quanto à mão de obra. Na atualidade, ela prepara receitas complexas e substanciais, o que exige pré-preparo, preparo e cocção, essas refeições são constituídas de no mínimo uma proteína animal, uma ou duas guarnições, mais salada. Tudo isso sendo realizado em jornadas estressantes, com prazos exíguos, desenvolvidas em cozinhas geralmente inadequadas, em temperaturas insalubres. Não obstante a tudo isso faz seu trabalho com empenho e dedicação, pensa sobretudo nos alunos, que precisam de uma alimentação equilibrada para ter sucesso no ensino-aprendizagem.

Metodologia

A pesquisa adota a metodologia qualitativa com revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários fechados visando atender os objetivos geral e específicos. A revisão bibliográfica tem como objetivo evidenciar as diferentes perspectivas de abordagem do tema, conforme abordado por Castro (1984) e também Tanajura e Freitas (2012). A análise documental pretende alicerçar a pesquisa nos fundamentos legais do decreto 37.106 de 31/03/1955; da lei estadual 14.855 de 19 de outubro de 2005 (Paraná); da Portaria interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006 e da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009.

A aplicação dos questionários fechados, por sua vez, possui o intuito de coletar dados e informações dos atores envolvidos no processo de alimentação escolar acerca dos aspectos que envolvem o planejamento e a execução do PNAE nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental I de Trindade-Goiás. A delimitação geográfica da pesquisa é o município de Trindade – Go. Os sujeitos da pesquisa são merendeiras, diretoras, e/ou coordenadoras das escolas pesquisadas. Ao todo foram selecionadas 6 (seis) unidades escolares municipais de Ensino Fundamental I de forma proporcional entre bairros nobres e bairros carentes. A amostra abrange 6 (seis) merendeiras no total, perfazendo uma amostragem de aproximadamente 20% do contingente destas profissionais, mais 6 (seis) diretoras e/ou 6 (seis) coordenadoras pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC).

Compreendendo o ambiente escolar

Para a melhor compreensão do tema, é necessário que sejam clarificados primeiramente alguns conceitos como: educação, escola, dinâmica escolar e alimentação escolar.

Educação, vasto campo do conhecimento que se propõe a facilitar a aquisição e a internalização do aprendizado, é um conceito rico em detalhes, mas que pode ser sintetizado sem perda de riqueza como demonstra Brandão (2007, p. 7):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Assim entendendo que o ensinar demonstra como proceder para executar uma tarefa, enquanto o educar explica o porquê proceder daquela maneira para executar aquela determinada tarefa. Certo é que há outros modos de compreender o assunto como descreve Brandão (2007, p. 9):

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única

prática e o professor profissional não é o seu único praticante. Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos.

Também se pode compreender a educação como uma experiência que acontece em alguns momentos mesmo sem a presença do outro, como quando o indivíduo se auto educa através da observação do ambiente, ou interagindo em grupos na aquisição de habilidades, capacidades e saberes práticos inerentes aos do seu próprio povo caçador, por exemplo; como também pode este mesmo sujeito ser educado nos saberes altamente tecnológicos dos países desenvolvidos e industrializados; ou da forma como diz Brandão (2007, p. 10):

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar - às vezes a ocultar, às vezes a inculcar de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Percebe-se que a educação é uma capacidade inerente ao ser humano e, como tal, sujeita às vicissitudes deste que pode manipulá-la tanto para criar como para destruir, tanto para desenvolver como para dominar.

No entanto, no que se refere à educação formal, trata-se de direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que visam garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, com objetivo da formação do sujeito para exercer a cidadania plena, sua preparação para o trabalho, e a participação social.

Escola: papel e demandas

Desde as primeiras escolas que se têm notícia é clara a relação destas com o campo do trabalho. Na Grécia Antiga, desenvolvia-se o corpo preparando guerreiros, conforme menciona Enquita (1989, p. 105): Sempre existiu um processo integrativo entre o meio social e o mundo do trabalho, na Roma Antiga o filho já acompanha o pai no trabalho da terra, no foro ou na guerra, e as filhas ficam junto à mãe ajudando-a noutras tarefas. Na Idade Média, Inglaterra finais do século XV, ocorria algo parecido, mas a educação ou aprendizagem acontecia no seio de outra família. Assim os que acolhiam as crianças alheias para ensinar o ofício comprometiam-se a ensinar-lhes a ler e a escrever ou a enviá-las a escola, embora, nos dois casos, o ensino literário tivesse uma função marginal.

Gradativamente, a escola veio se apartando do lar e assumindo ser lugar de produzir educação, permanecendo a parceria com o trabalho. Assim como demonstra Enquita (1989, p. 110), no séc. XVIII em Postdam, Berlim, Belfast, ou em Hamburgo, se inscrevia as crianças dos pobres, dos seis aos dezesseis anos, em "escolas industriais" em que se ocupavam dois terços do tempo ao trabalho e o resto a uma instrução rudimentar. No processo de industrialização dos Estados Unidos, surgiram novas relações sociais decorrentes da industrialização mais avançada e as sucessivas levas de imigrantes não habituados ao trabalho industrial. A escola foi o mecanismo principal de sua "americanização", com a função de apagar seu passado, anular seus hábitos culturais e sua língua, transformando-os em cidadãos da nova pátria. Pode-se dizer que os educadores, querendo ou não, participaram da domesticação da classe operária.

Assim, a indústria continua influir sobre a escola conforme aponta Enguita (1989, p. 125), quando a produção fabril foi submetida a uma profunda revisão com a implantação da gestão científica de F. W. Taylor, as escolas não demoraram em aderir à rota da indústria adotando entre outros métodos, a relação entre custos e eficiência, estudos sobre o uso do tempo, a constante utilização dos testes, a mensuração da eficácia dos professores, etc. Isso ocorreu de modo tão intrincado e intenso que até os dias de hoje continua a ser percebido. Atualmente a maior parte da infância e da juventude mundial frequenta escola, estudando todos os dias de semana, várias horas por dia com frequência obrigatória por lei³.

Sendo a escola instituição difundida ao redor do mundo, no Brasil não é diferente, se fez presente inicialmente através dos jesuítas e após a expulsão destes permanece como espaço de educação, assistência e socialização. Conforme atesta Cedac (2013, p. 93):

³ Esses últimos três parágrafos, embora tenham sido extraídos de Enguita, em alguns pontos, foram parafraseados para corresponder aos objetivos da pesquisa.

Agora, vamos pensar por que a alimentação escolar passou a ser uma das responsabilidades da instituição escolar. Desde a década de 1930, no Brasil, a fome e a subnutrição, principalmente das crianças, foram problemas revelados pelo alto índice de mortalidade infantil. A partir da década de 1970, o ensino primário se popularizou, e, com isso, as crianças pertencentes a famílias de baixa renda e com escassa nutrição foram para a escola. A merenda escolar foi instituída para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários por meio do oferecimento de, no mínimo, uma refeição diária adequada, visando formar bons hábitos alimentares, evitar a evasão e a repetência escolar, e melhorar a capacidade de aprendizagem. Ao gestor escolar cabe garantir, juntamente com a sua equipe, uma Educação de qualidade para todas as crianças, inclusive na hora e na forma de servir a refeição.

Para lembrar a importância da memória gustativa que é construída através dos sabores, das cores, da apresentação, dos cheiros, das texturas e até dos sons característicos que envolvem a comida; e lembrar da comensalidade, que é partilhar a refeição com a pessoa ou pessoas que comem junto fazendo companhia, são pertinentes as considerações de Cedac (2013, p. 93):

Você se recorda de um momento importante ocorrido em sua vida durante uma refeição? Quem a preparou? Quais eram os alimentos? Como e onde estavam dispostos? E os aromas? Quem estava à mesa? Por que aquele momento foi tão importante? Essas perguntas com certeza nos auxiliam a relembrar situações distintas do percurso de nossa vida, pois foram momentos marcantes, que envolveram o ato de se alimentar junto com outras pessoas e que estão registrados na memória.

Zelar pela adequada e criteriosa produção material tanto quanto pelo universo simbólico de que se reveste a preparação gastronômica e ressignificá-la em função da realidade escolar demonstra reconhecimento, apreço e atendimento de direitos dos alunos segundo Cedac (2013, p. 93):

A escolha dos alimentos e o modo de prepará-los, assim como os utensílios usados, a forma de pôr a mesa, de servir a comida e de receber os convidados revelam um ritual de ofertas em torno de uma refeição. Mas, afinal, qual é mesmo o significado da palavra refeição? Segundo o dicionário, refeição significa “o ato de refazer as forças”. Quais são essas forças que precisamos refazer cotidianamente? A refeição serviria apenas para a nutrição física? Por meio das boas conversas, das risadas prazerosas, dos cochichos e burburinhos construímos vínculos, e as histórias vão sendo tecidas ao redor da mesa e ao longo da vida. Na escola, o momento da refeição não pode ser diferente. Por isso é importante organizar um ambiente agradável e acolhedor para os alunos.

Desta maneira, apesar da escola ter assumido outras funções, não deixou de ter a função clássica que é a de preparar o indivíduo para o trabalho.

Dinâmica escolar

A merendeira ao executar suas tarefas no dia a dia, relaciona-se com todos na escola, alunos, professores, funcionários administrativos, equipe gestora e visitantes. Desta forma, contribui diretamente com o bom êxito da dinâmica escolar.

Conforme ensina o dicionário Priberam, na segunda acepção, dinâmica é o “conjunto de forças que visam o desenvolvimento ou o progresso de algo”. Trazendo para o ambiente da escola pode-se entender que a dinâmica escolar é o conjunto da energia gerado pelas pessoas envolvidas no funcionamento da escola. Nas palavras de Luck (1998, p.1), “O trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar”. Sejam gestores, professores, funcionários, alunos, pais ou responsáveis e ainda fornecedores e visitantes, cada um traz suas demandas e influencia à sua própria maneira na dinâmica escolar:

[...] No entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais que ocorrem no contexto da organização escolar, em torno de objetivos educacionais, entendidos e assumidos por seus membros, com empenho coletivo em torno da sua realização. [...] A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e seus resultados. [...] Portanto, a ação participativa hábil em educação é orientada pela promoção solidária da participação por todos da comunidade escolar, na construção da escola como organização dinâmica e competente (LUCK, 1998, p. 1).

Assim é legítimo depreender que sendo intrinsecamente ligada à energia de cada um dos componentes da comunidade, a dinâmica escolar está sujeita a variações positivas ou negativas conforme o estado de ânimo de cada indivíduo contribuinte, influenciando no clima escolar, conforme aponta Moro (2018, p.7):

O clima escolar é compreendido como o conjunto de percepções e expectativas compartilhadas pelos integrantes da comunidade escolar, decorrente das experiências vividas nesse contexto com relação aos seguintes fatores inter-relacionados: normas, objetivos, valores, relações humanas, organização e estruturas física, pedagógica e administrativa que estão presentes na instituição educativa. O clima corresponde às percepções dos docentes, discentes, equipe gestora, funcionários e famílias, a partir de um contexto real comum, portanto, constitui-se por avaliações subjetivas. Refere-se à atmosfera psicossocial de uma escola, sendo que cada uma possui o seu clima próprio. Ele influencia na dinâmica escolar e, por sua vez, é influenciado por ela, deste modo, interfere na qualidade de vida e na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.

Embora toda e qualquer demanda tenha influência na dinâmica escolar, algumas afetam-na mais fortemente, como demonstram Silva e Ferreira (2014, p. 11):

Muitas são as demandas sociais que podem ser encontradas no ambiente escolar, entre elas estão: o preconceito, a discriminação, desobediência, intolerância, evasão escolar, violência escolar, *bullying*, entre outros. [...] Todas as pessoas que trabalham na escola desempenham ações educativas, claro que não com o mesmo nível de responsabilidade dos demais. Exemplo disso se dá na questão do atendimento aos pais e/ou responsáveis na secretaria, este pode ser grosseiro, desrespeitoso, arrogante; a oferta da merenda escolar envolve questões de atitudes e maneiras de agir dos funcionários responsáveis, que de certa irão influenciar na educação dos alunos, ou de forma positiva ou negativa.

No dia a dia escolar acontecem sim as dificuldades, entretanto os aspectos positivos sobressaem: aulas transcorrendo dentro da normalidade, profissionais capacitados cumprindo seu papel com dedicação e uma boa dose de afetividade, os alunos contribuindo ao seu modo ruidoso e alegre, são a maior influência na dinâmica escolar.

Compreendendo a alimentação escolar: o papel da merendeira

A merendeira por dever do ofício está inserida numa rede de relações interpessoais que inclui desde a vizinhança ao redor da escola, a equipe dos coletores de resíduos, os fornecedores, os entregadores, os pais, mães ou responsáveis por alunos, os próprios alunos, os funcionários, o corpo docente, a equipe gestora, a chefia do departamento de merenda; logo sendo um dos pontos do tecido desta rede, ela é peça fundamental na organização e funcionamento da escola.

Neste contexto, justifica-se tê-la como objeto de pesquisa visto ser profissional que ocupa lugar privilegiado na operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apesar de a mesma sofrer um processo, de invisibilização e desvalorização. A merendeira, ao ser chamada de “tia da merenda”, ou simplesmente “tia”, passa a ser despersonalizada, mesmo que sua participação, até por força da legislação, seja indispensável.

Também se justifica compreender o programa em que atua a merendeira, o PNAE, e sua importância no cenário educacional brasileiro. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 em seu Art. 4º, caput:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Todavia, ao que se percebe em Trindade-Go, o PNAE ocupa uma função ainda mais importante na vida de muitos alunos, garantindo que, em muitos casos, seja a principal refeição diária das crianças que frequentam as unidades escolares na periferia urbana.

Segundo Tanajura e Freitas (2012, p. 921), alimentação escolar é o termo oficial definido pelo PNAE como todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Em se tratando de um país continental como o Brasil, com hábitos e costumes alimentares tão díspares de uma região para outra, é preciso relativizar esta afirmação, pois os hábitos alimentares mudam significativamente de uma região para outra. Conforme Souza e Hardt (2002, p. 34-35):

[...] a) Região Amazônica a farinha de mandioca é o alimento básico, sendo usada sob a forma de beijus, mingaus, farofas e bebidas fermentadas. É comum se comer a mandioca com frutos, sementes, milho, arroz, feijão e peixe de água doce (sendo o mais apreciado o Pirarucu), [...] b) Região Nordeste [...] Sertão: A alimentação básica consiste em: milho (fonte energética); leite e derivados em pequena quantidade; feijão; tubérculos e carne em quantidade bastante reduzida. Utiliza-se muito mel e rapadura em substituição ao açúcar. Um alimento típico do sertanejo é o cuscuz, de origem árabe (hous-krous), que utiliza farinha de milho no lugar da farinha de trigo. [...] c) Região Sul a alimentação é composta de leite e derivados, ovos, carnes, frutas, hortaliças, açúcares, cereais, óleos e gorduras.

Estes aspectos colocam a necessidade da descentralização das compras, da logística e do fluxo monetário envolvido na aquisição de alimentos. De certa forma, é o que se evidencia com modificações da legislação desde o Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955 que institui a Campanha da Merenda Escolar (CME) e até os dias de hoje com a Lei nº 11.947/2009.

Acontece que em inúmeras pesquisas sobre alimentação escolar, o viés investigativo não evidencia o papel das merendeiras. Observando o discurso e as compreensões de manipuladores de alimentos (merendeiras) sobre o conceito de alimentação escolar e seu papel no processo educativo, Oliveira (2017, p. 24) relata que:

No contexto das mudanças ocorridas na alimentação escolar, os avanços que levaram da distribuição de alimentos por meio de doações à garantia da alimentação escolar enquanto política e busca pelo DHAA, além da construção do caráter educativo da alimentação escolar, exigem a reconstrução dos papéis sociais de todos os atores que estão envolvidos na alimentação escolar, incluindo as práticas dos manipuladores de alimento. O manipulador, parte fundamental deste processo, merece atenção especial para que sua atuação enquanto agente de promoção seja reconhecida e incentivada pelos demais profissionais da escola. Nesse sentido faz-se necessário conhecer as percepções dos manipuladores acerca da alimentação escolar, e assim avaliar qual a relação entre este profissional e a execução desta política, como ele a percebe e como define o papel da alimentação escolar no processo educativo escolar enquanto política e busca pelo DHAA, além da construção do caráter educativo da alimentação escolar, exigem a reconstrução dos papéis sociais de todos os atores que estão envolvidos na alimentação escolar, incluindo as práticas dos manipuladores de alimento. O manipulador, parte fundamental deste processo, merece atenção especial para que sua atuação enquanto agente de promoção seja reconhecida e incentivada pelos demais profissionais da escola. Nesse sentido faz-se necessário conhecer as percepções dos manipuladores acerca da alimentação escolar, e assim avaliar qual a relação entre este profissional e a execução desta política, como ele a percebe e como define o papel da alimentação escolar no processo educativo.

É preciso esclarecer aqui que ao utilizar a sigla DHAA, Oliveira se refere ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Além de reconhecer o papel dos manipuladores de alimentos, ou merendeiras, na promoção da alimentação escolar, defende-se nesta pesquisa a relevância de se evidenciar as suas condições de trabalho e saúde laboral. Pode-se dizer que este sujeito, a merendeira, também vem sofrendo com o processo de precarização do trabalho, característica marcante da sociedade contemporânea. Na primeira década dos anos 2000, Takahashi, Pizzi e Diniz (2010, p. 363) identificaram as ocorrências de Lesão por Esforço

Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT) em merendeiras de escolas públicas:

[...] não se tratava de um fator comportamental, decorrente da má administração do tempo pelas merendeiras, mas sim, de que havia uma intensificação do trabalho em decorrência de expressivas modificações qualitativas e quantitativas na merenda escolar. Ao tradicional café com leite e pão com manteiga, geralmente servido uma única vez, foram incorporadas várias refeições diárias, de elaboração mais trabalhosa, com horários rígidos de fornecimento e observância das normas de higiene sanitária, sem correspondência no aumento do efetivo ou na incorporação de um novo turno de trabalho nem modificações substanciais nas condições de trabalho.

O processo de precarização do trabalho das merendeiras também foi evidenciado por Tanajura e Freitas (2012, p. 922) em seus estudos na Bahia. Conforme os autores:

O trabalho desses profissionais é marcado pela pressão e pelo desgaste físico decorrentes de atividades demarcadas pelo tempo, fazendo com que desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, o que gera, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças. O excesso de trabalho pode caracterizar-se pelo número reduzido de funcionários para realizar diversas atividades, pelo próprio exercício diário, que é marcado por um ritmo considerado “pesado”, e por desempenhar atividades que não são atribuições das merendeiras, como, por exemplo, supervisionar escolares.

Por todos estes motivos, justifica-se a importância de compreender o papel das merendeiras na dinâmica das escolas públicas de ensino fundamental I de Trindade-GO. Entender este fenômeno proporcionará melhor entendimento das complexas relações que envolvem a alimentação escolar, assim como, as dificuldades e angústias enfrentadas pelas merendeiras.

O que é boa alimentação

A explicação não é e nem poderia ser simples, por ser intrinsecamente subjetiva. Uma possibilidade é que boa alimentação seja aquela que atenda às necessidades nutricionais, gustativas e psicológicas, servida na temperatura e no momento ideal para o sujeito, adequada aos seus hábitos alimentares, e na quantidade capaz de lhe saciar a fome. Segundo Souza e Hardt (2002, p. 32), hábitos alimentares são as formas como os indivíduos ou grupos selecionam, consomem e utilizam os alimentos disponíveis, incluindo os sistemas de produção, armazenamento, elaboração, distribuição e consumo de alimentos.

Se os comensais são vegetarianos, churrasco é dispensável, talvez aceitem ovo; para os adeptos da *Kaschrut* o alimento somente pode ser consumido se atender as normas alimentares da Torá, livro sagrado do judaísmo; para um bebê de colo, boa alimentação é sugar o leite no peito materno, completamente diferente do que é boa alimentação para um adulto; caso o sujeito tenha hábito alimentar vegano, nem carne, nem queijo e nem ovo são aceitáveis.

Indo um pouco mais longe: dois homens adultos, com mesmos hábitos alimentares,

sentindo fome ao mesmo tempo, recebem pratos iguais, da sua preferência, para degustar. O primeiro é homem livre e após a refeição vai para onde quiser, o segundo é prisioneiro condenado à morte fazendo sua última refeição antes da execução. Ambos terão uma boa alimentação?

O fator que determina, segundo Souza e Hardt (2002, p. 32), o valor nutricional da dieta é basicamente a capacidade econômica da família para obter os alimentos, sendo esta a principal condição, mais ainda que o perfil qualitativo da alimentação selecionada pela cultura da população. O mesmo acontece no tocante às compras governamentais destinadas à merenda escolar, se é necessário comprar proteína animal compra-se, mas não precisa ser filé mignon.

Em se tratando de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares dos alunos, o parâmetro a ser seguido nas escolas é o da alimentação saudável.

Segundo Dutra (2009, p. 81), “um dos principais objetivos do PNAE é fornecer merenda de qualidade, composta por alimentos saudáveis, a fim de promover a saúde dos alunos e também melhor desempenho na escola”. Para melhor esclarecimento neste sentido, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1.010 de 08 de maio de 2006:

O ministro de Estado da Saúde, interino, e o ministro de Estado da Educação no uso de suas atribuições, e considerando que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular, [...] resolvem:

Art. 1º - Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Art. 2º - Reconhecer que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos.

Art. 3º - Definir a promoção da alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários:

IV restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras.

Entretanto, o Estado do Paraná já havia se adiantado em quase um ano, sendo mais claro e mais abrangente em sua legislação ao nomear as guloseimas vetadas e incluir na proibição corantes e antioxidantes como demonstra Werle (2016, p. 16):

Em defesa da qualidade alimentar na escola a lei estadual 14.855 de 19 de outubro de 2005, artigo 2º, determina a proibição de comercialização nas escolas do Paraná de balas, pirulitos e gomas de mascar, chocolates, doces à base de goma e caramelos, refrigerantes, sucos artificiais, refrescos a base de pó industrializado, pipocas e salgadinhos industrializados, biscoitos recheados, salgados e doces fritos, alimentos com teor de gordura, sódio, corantes e antioxidantes artificiais. A lei, no seu artigo 1º, procura assegurar a saúde dos alunos, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros.

Desta forma a legislação demonstra a preocupação com a prevenção de saúde dos alunos definindo alimentação saudável e seus objetivos.

Resultado e discussão da pesquisa sobre a alimentação escolar⁴

Discute-se agora o resultado da pesquisa com os atores envolvidos no processo de alimentação escolar: merendeiras, diretoras e coordenadoras. Foram selecionadas 6 (seis) unidades escolares municipais de Ensino Fundamental I da cidade de Trindade-GO, tanto de bairros nobres quanto bairros carentes. Com relação às merendeiras, a pesquisa foi feita com 6 (seis) delas, perfazendo uma amostragem de aproximadamente 20% do contingente destas profissionais mais 6 (seis) diretoras e/ou 6 (seis) coordenadoras, todas pertencentes aos quadros da SMEC.

Os questionamentos da pesquisa envolveram aspectos de planejamento e execução do PNAE nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental I, e no perfil das merendeiras os resultados da pesquisa, obtidos através de aplicação de questionários fechados evidenciam características singulares relacionados a gênero, faixa etária, escolaridade, naturalidade, carga horária, renda, estado civil, e diversidade étnica (segundo critério de autodeclaração) desta categoria profissional.

Segundo as respostas obtidas, observou-se que: a totalidade, 100%, são do sexo feminino (dado este que deve ser relativizado, pois embora haja homens atuando como cozinheiros nas escolas da SMEC, estes não estavam presentes exercendo a função no momento da pesquisa); a faixa etária principal se situa entre dois grupos, um de 38 a 48 anos, com percentual de 33,33%, e outro de 58 a 68 anos com 33,33%. A escolaridade da maioria das merendeiras, 66,66%, é o ensino fundamental incompleto; em relação a naturalidade, verificou-se que metade, 50%, são naturais de Trindade-GO, a totalidade, 100%, são brasileiras. A carga horária de trabalho de 100% das merendeiras é de 40 horas semanais. A faixa salarial da maioria absoluta, 83,33%, é um salário mínimo. Identificou-se ainda, em relação ao estado civil, que a maioria absoluta, 83,33%, são casadas. Quanto à raça, a maioria, 66,66%, se autodeclararam pardas.

Outros aspectos foram pesquisados no questionário para as merendeiras: Em relação ao contrato de trabalho, constatou-se que a totalidade, 100%, são vinculadas através de contratos comissionados com a prefeitura, o que demonstra precarização do emprego em relação aos funcionários efetivos, pois não têm estabilidade. Quando se pergunta como considera sua remuneração, a metade, 50% delas consideram o salário razoável e um terço delas, 33,33%

⁴ Questionário não submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa do IF Goiano, Campus Trindade.

considera muito bom.

Em relação à jornada de trabalho, a maioria absoluta, 83,33% das participantes da pesquisa responderam que seu dia de trabalho não é estressante. Tal informação contradiz hipótese da pesquisa. Perguntado se a cozinha da unidade escolar é adequada, a metade, 50%, respondeu que as cozinhas não possuem boa estrutura e um terço, 33,33%, responderam 'outro', o que pode evidenciar certa contradição em relação à pergunta anterior, pois um ambiente de trabalho não adequado possivelmente gere algum nível de estresse. Perguntadas como avalia sua condição de trabalho a metade, 50% responde boa.

Perguntadas por que é importante conhecer o gosto do público-alvo a maioria, 66,66% responde para aumentar a aceitação dos alunos. E sobre qual é a importância do alimento escolar, a maioria, 66,66% responde que é necessário para o aluno. Perguntadas se sempre participam das reuniões de trabalho coletivo da unidade escolar a totalidade, 100% responde sim, e se sua opinião em relação à merenda é levada em consideração, a maioria absoluta, 83,33% opta pelo sim. Perguntadas em que situação existe a repetição alimentar um terço, 33,33% responde que por real necessidade do aluno, e outro terço, 33,33% somente parte dos alunos, somadas ambas as respostas formam maioria 66,66% evidenciando o valor desta política pública; e perguntadas quais suas ações na Educação Alimentar e Nutricional, a maioria, 66,66% dizem equilibrar os pratos de forma nutritiva (presença de arroz/macarrão, carnes, e saladas). E sobre quantas merendas produz por dia a maioria, 66,66% responde mais de 150 refeições.

A pergunta sobre o que compromete suas condições de trabalho ofereceu onze (11) opções nas quais a maioria absoluta, 83,33% optou por duas respostas: altas temperaturas e ventilação inadequada, o que evidencia insalubridade no ambiente de trabalho. Seguindo o mesmo modelo a pergunta sobre quais funções realiza na sua unidade de trabalho oferece dezesseis (16) opções e a maioria, 66,66% respondeu com quinze (15) funções, o que ilustra a sobrecarga laboral. E perguntadas se suas funções envolvem exclusivamente a alimentação escolar a maioria, 66,66% diz que não, que também se envolvem em outros serviços como olhar as crianças e faxina geral.

Perguntadas se têm ou teve algum adoecimento em decorrência do seu ambiente de trabalho a metade, 50% responde sim. Se já teve algum acidente trabalhista a maioria, 66,66% responde sim, o que chama a atenção para a questões de saúde e prevenção das merendeiras. Se recebe ajuda no trabalho que realiza a maioria, 66,66% responde sim. E quando a pergunta é como aprendeu a cozinhar a resposta da maioria, 66,66% é observando a mãe/outro familiar; e perguntadas quanto tempo tem de experiência a metade, 50% responde de dez (10) a mais de vinte (20) anos o que pode indicar a intenção de continuidade; e ainda se teve treinamento de

Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, a totalidade, 100% afirma que sim, o que permite supor alimentação escolar mais segura.

Em relação às diretoras e/ou coordenadoras, a totalidade responde atender plenamente a lei 11.947/2009 no art. 2º inciso II (inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no ensino/aprendizagem...), inciso VI (direito à alimentação escolar...) e art. 17 inciso III (promoção da Educação Alimentar e Nutricional nas escolas...) e que atendem plenamente aos casos de carência ou de intolerância alimentares se e quando se apresentem, e ainda respondem que a merendeira executa ações educativas direcionadas pela equipe gestora.

Assim, verifica-se que as merendeiras realizam um conjunto significativo de atividades, como por exemplo: coar/servir o café das/os professoras/es em horários pré-determinados; pré-preparo de alimentos (picar, lavar, porcionar); contagem dos alunos; preparo de alimentos (temperar, montar as panelas); cocção de alimentos; montagem dos pratos; distribuição dos pratos aos alunos em horários pré-determinados; recolha dos pratos e talheres; limpeza da cozinha, utensílios e equipamentos; recebimento de mercadorias; atendimento de fornecedores/entregadores; organização do estoques; adaptação do cardápio; realização de serviços gerais fora da cozinha e outros. Tais atividades reforçam o argumento central desta pesquisa, de que as merendeiras, apesar de desvalorizadas profissionalmente, são fundamentais para a execução do PNAE.

Considerações Finais

A discussão teórica deste artigo científico, bem como o resultado do questionário fechado aplicado em 6 (seis) unidades escolares municipais de Ensino Fundamental I da cidade de Trindade-GO, deixa transparecer que a merendeira tem sobrecarga de trabalho, assume responsabilidades elevadas, está sujeita ao estresse e lesões ou adoecimentos decorrentes da profissão.

Faz-se necessário, diante dessa constatação, a tomada de consciência classista para desenvolver, no âmbito interno das escolas, ações demonstrativas desta realidade buscando sensibilizar equipe gestora, corpo docente e discente para que possam vir a contribuir para mitigá-la. Da mesma forma devem-se promover ações coletivas no âmbito das secretarias de educação municipais, câmaras legislativas e prefeituras municipais para reivindicar remuneração mais digna, melhores condições de trabalho e ações preventivas de saúde.

Nota-se que a relação entre as merendeiras e o PNAE no âmbito da Lei 11.947/2009 é inexistente, pois não há nenhuma referência a esta profissional neste documento. O próprio vínculo trabalhista das merendeiras é com as prefeituras, desta forma se amplia a precarização

da profissão, promovendo sua invisibilidade.

Ao evidenciar algumas respostas divergentes das hipóteses trazidas no texto, a pesquisa confirma sua importância que é a de clarear aspectos pouco elucidados para que se possa aprofundar ainda mais o estudo da temática e valorizar respostas obtidas localmente.

Embora a pesquisa vise trazer avanços no campo do conhecimento científico da alimentação escolar, é sabido que ainda muito mais há para ser estudado, pesquisado e aperfeiçoado neste assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Editora Brasiliense: São Paulo, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Disponível em: <

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html#:~:text

[=PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%201.010%2C%20DE,e%20p rivadas%2C%20em%20%20C3%A2mbito%20nacional>](#). Acesso em: 02 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p.235-250.

CEDAC, Comunidade Educativa. **O que revela o espaço escolar?** Um livro para diretores de escola. Editora Moderna: São Paulo, 2013.

"DINÂMICA", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/dinamica> [consultado em 12-07-2020].

DUTRA, Eliane Said [et al.]. Alimentação saudável e sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 88 p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=61_1-alimentacao-saudavel&Itemid=30192>. Acesso em 26 de julho de 2020.

ENQUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1989.

FONSECA, Auremary Nazareth Gomes; CARLOS, Jose. **Merenda escolar: um estudo exploratório sobre a implementação do programa nacional de alimentação na escola – PNAE.** – UFMA: São Luís-MA, 2015.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Positivo, 2009.

MORO, Adriano. A construção e as evidências de validade de instrumentos de medida para avaliar o clima escolar. Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/332280/1/MoroAdrianoD.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

OLIVEIRA, Ingrid Garcia de Alimentação **Escolar no discurso de manipuladores de alimentos de escolas brasileiras.** Disponível em:

<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7083>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PARANÁ. LEI ORDINÁRIA Nº 14855, DE 19 DE OUTUBRO DE 2005. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14855-2005-parana-dispoe-sobrepadroes-tecnicos-de-qualidade-nutricional-a-serem-seguidos-pelas-lanchonetes-esimilares-instaladas-nas-escolas-de-ensino-fundamental-e-medio-particulares-e-darede-publica#> Acesso em: 02 de junho de 2020.

SILVA, Luís Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais.** PUCPR: Curitiba, 2014.

SOUZA, Maria Djiliah C. A.; HARDT, Priscila Primi. **Evolução dos hábitos alimentares no Brasil.** Brasil Alimentos, Salvador, n. 15, p.32-39, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.signuseditora.com.br/BA/pdf/16/16%20%20Habitos%20Alimentares.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti; PIZZI, Célio Roberto; DINIZ, Eugênio Paceli

Hatem. **Nutrição e dor: o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba.** Para além do pão com leite: Rev. Bras. Saúde Ocup: São Paulo, v. 122, n. 35, p.362-373, 2010.

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro; FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **O Relevante Trabalho Das Merendeiras Escolares De Escolas Públicas De Salvador, Bahia.** Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 4, n. 36, p.919-934, 2012.

WERLE, Siclinda. **Merenda Escolar: um prato cheio de história.** Uma análise histórica e cultural dos alimentos que fazem parte da merenda escolar. UNESPAR:

União da Vitória-PR, 2016.

APÊNDICE⁵



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO CAMPUS
TRINDADE

Orientando: Cláudio Luiz Lucas da Cunha

Orientador: Me. José Geraldo da Silva

Título do projeto: Alimentação Escolar: O papel das merendeiras na dinâmica das escolas de ensino fundamental de Trindade-GO

Objetivo Geral: O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender o papel das merendeiras na dinâmica escolar das unidades de ensino fundamental do município de Trindade (GO).

Questionário 1 - Perfil das merendeiras

- 1) Sexo?
 - Masculino; Feminino; Outra/o.
- 2) Faixa etária?
 - 18 até 28 anos; 28 até 38 anos; 38 até 48 anos; 48 até 58 anos; 58 até 68 anos; Acima de 68 anos.
- 3) Escolaridade?
 - Fundamental incompleto; Fundamental completo; Ensino médio incompleto; Ensino médio completo; Graduação incompleta; Graduação completa; Pós-graduação incompleta; Pós-graduação completa.
- 4) Naturalidade?

Cidade Natal: _____ Estado: _____
- 5) Qual a sua carga horária?
 - 30 horas por semana; 40 horas por semana; Outra.
- 6) Qual a faixa salarial mensal na função de merendeira/o?
 - Menor que 1 salário mínimo
 - Igual a 1 salário mínimo
 - De 1 a 1,5 salários mínimos
 - De 1,5 a 2 salários mínimos
 - De 2 a 2,5 salários mínimos
 - De 2,5 a 3 salários mínimos Acima de 3 salários mínimos.
- 7) Qual seu estado civil?
 - Solteira/o; Casada/o; Divorciada/o; Separada/o judicialmente; União estável.
- 8) Como você se auto define em relação à sua cor?

⁵ Questionário não submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa do IF Goiano, Campus Trindade. Não consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos entrevistados.

Branca/o; Negra/o; Parda/o; Amarela/o; Outras/os

Questionário 2 – perfil do labor das merendeiras

- 1) Qual é o seu contrato de trabalho?
 Servidor(a) efetivo(a) Contrato temporário Contrato comissionado.
- 2) Por que é importante conhecer o gosto do público-alvo?
 Para aumentar a aceitação dos alunos
 Para melhorar o gosto do alimento e evitar as sobras e desperdícios Para própria satisfação pessoal Não é importante.
- 3) Sempre participa das reuniões de trabalho coletivo da unidade escolar?
 Sim Não Só da oração Outro.
- 4) Sua opinião relativa à merenda é levada em consideração na gestão escolar?
 Sim Não Às vezes Outro.
- 5) Como você considera a remuneração do seu trabalho?
 Ruim Muito ruim Razoável Boa Muito boa.
- 6) Sua jornada de trabalho é estressante?
 Sim Não Às vezes.
- 7) Você considera a cozinha da sua unidade escolar adequada para o trabalho que realiza?
 Sim Não Outro
- 8) Como você avalia sua condição de trabalho?
 Ruim Muito ruim Razoável Boa Muito boa.
- 9) O que compromete suas condições de trabalho?
 Altas temperaturas
 Falta de equipamentos de proteção individual (EPI)
 Falta de instrumentos de trabalho (picador, moedor, descascador, facas amoladas, bacias, panelas etc.)
 Peso dos objetos e materiais que manuseia
 Ventilação inadequada
 Iluminação inadequada
 Curto espaço de tempo para produção
 Falta de pessoal auxiliar
 Trabalho repetitivo
 Risco de acidentes
 Instalações físicas inadequadas Outros.
10. Suas funções envolvem exclusivamente a alimentação escolar?
 Sim
 Não. Se não, quais outras? ().
11. Quais funções você realiza na sua unidade de trabalho? Coar/servir o café das/os professoras/es
 Pré-preparo (picar, lavar, porcionar)
 Contagem dos alunos
 Preparo (temperar, montar a panela)
 Cocção (Cozimento)
 Montagem dos pratos
 Distribuição do alimento
 Recolha dos pratos e talheres
 Limpeza da cozinha, utensílios e equipamentos
 Recebimento de mercadorias
 Atendimento de fornecedores/entregadores
 Organização do estoque
 Adaptação do cardápio

- Criação do cardápio
 Realização de serviços gerais fora da cozinha Outras.
12. Tem ou já teve algum adoecimento em decorrência do seu ambiente de trabalho?
 Ansiedade
 Dores nas articulações
 Lesões musculares
 Outros distúrbios na saúde (insônia, depressão, alteração fisiológicas e outros) Nunca.
13. Já teve algum acidente de trabalho?
 Corte/perfuração
 Queda
 Queimadura
 Choque elétrico
 Outro Não.
14. Em que situações existe a repetição alimentar?
 Por real necessidade do aluno
 Por exagero do aluno
 Esporadicamente para todos
 Somente parte dos alunos
 Outras _____ Diariamente
15. Quais suas ações na Educação Alimentar e Nutricional?
 Nenhuma
 Pedir aos alunos higienização das mãos antes da refeição
 Equilibrar os pratos de forma nutritiva (presença de arroz/macarrão, carnes e saladas)
 Picar/Ralar bem miudinho para evitar a visualização e a recusa pelo aluno Outra.
16. Quantas merendas produz por dia?
 de 0 a 20 refeições
 de 21 a 50 refeições
 de 51 a 100 refeições Mais de 100 refeições Mais de 150 refeições.
17. Recebe ajuda no trabalho que realiza?
 Sim Não Raramente Quase sempre.
18. Como aprendeu a cozinhar?
 Observando a mãe/ ou outro familiar Auxiliando outro profissional Fez curso de até 160 horas
 Fez curso de agente de alimentação escolar
 Fez curso de Técnico de alimentação escolar; Outros.
19. Quanto tempo tem de experiência?
 menos de um ano de um até três anos de três até seis anos
 de seis até dez anos de dez até vinte anos mais de vinte anos
20. Qual a importância do alimento escolar?
 É o principal alimento do aluno; É desnecessário; É necessário para o aluno.
 É para melhorar o rendimento do aluno Outros.
- Teve treinamento de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos?
 Não Sim. Se sim de quantas horas? recebeu certificado? .

Questionário 3 – Questionário para Diretor(a) e/ou Coordenador(a)

- 1) Quantos alunos matriculados no turno em que se faz a pesquisa?
.

- 2) No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola está prevista a educação alimentar e nutricional (EAN), conforme a lei 11.947/2009, art. 2º, inciso II e art. 17º, inciso III?
- Não
- Sim
- Parcialmente. Se parcial quais partes prevê?
- 3) Ainda quanto à Lei 11.947/2009, Art. 2º, inciso VI, de que forma se dá o atendimento?
- Não atendido
- Sim, plenamente atendido
- Parcialmente atendido. Se parcial quais partes atende?
- 4) Na escola há casos de alunos em situação de vulnerabilidade social como carência alimentar?
- Não
- Sim. Se sim quantos? (); neste caso há ações específicas para o atendimento destes alunos? ()
- 5) Na escola, há casos de alunos em condição de saúde que necessitem de atenção específica como intolerância alimentar?
- Não
- Sim. Se sim quantos? (); neste caso há ações específicas para o atendimento destes alunos? ().
- 6) A merendeira tem ações de caráter educativo na Alimentação Escolar?
- Não
- Sim. Se sim como?
- Executando ações: por conta própria (); direcionadas pela equipe gestora (); direcionadas pela nutricionista ().